

# RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

1º SEMESTRE 2019



STCP Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.  
Av. Fernão de Magalhães 1862, 13º | 4350 – 158 Porto  
Telefone: +351 225 071 000  
Fax: +351 225 071 150  
*E-mail:* [geral@stcp.pt](mailto:geral@stcp.pt)  
*Internet:* [www.stcp.pt](http://www.stcp.pt)

Capital Social: EUR 288.034.780,00

NIPC e Matrícula: 500 246 467

Conservatória do Registo Comercial do Porto – 2ª secção



# Índice

<b>1. Relatório de Gestão .....</b>	<b>4</b>
<b>1.1 CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO .....</b>	<b>4</b>
<b>1.2 DESTAQUES DO SEMESTRE .....</b>	<b>6</b>
<b>1.3 ATIVIDADE DO SEMESTRE .....</b>	<b>10</b>
<b>1.4 RESULTADOS CONSOLIDADOS .....</b>	<b>12</b>
1.4.1 <i>Evolução dos resultados .....</i>	<i>12</i>
1.4.2 <i>Evolução Patrimonial.....</i>	<i>14</i>
<b>1.5 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS .....</b>	<b>15</b>
<b>1.6 PERSPETIVAS PARA O EXERCÍCIO .....</b>	<b>16</b>
<b>1.7 MODELO DE GOVERNO .....</b>	<b>16</b>
1.7.1 <i>Identificação dos Órgãos Sociais .....</i>	<i>17</i>
1.7.2 <i>Estatuto remuneratório.....</i>	<i>18</i>
1.7.3 <i>Atribuições dos membros do Conselho de Administração.....</i>	<i>20</i>
<b>2. Demonstrações Financeiras Consolidadas .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 Notas relativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas .....</b>	<b>28</b>
<b>3. Declaração de Conformidade .....</b>	<b>49</b>

## 1. Relatório de Gestão

### 1.1 Caracterização do grupo

O universo de empresas STCP é constituído pela Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., pela empresa subsidiária STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda., entidade sobre a qual a STCP exerce o total controlo, pelas empresas associadas TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E. e Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A., e ainda pelas empresas participadas, Metro do Porto, S.A. e OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A..

#### **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. (STCP, S.A.)**

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O capital social da empresa, totalmente subscrito, era de 288.034.780,00 euros a 30 de junho, representado por 57.606.956 ações, com o valor nominal de 5,00 euros cada, detido na totalidade pelo Estado Português.

A STCP, S.A. tem por objeto principal a exploração do transporte rodoviário de passageiros na área urbana do Grande Porto podendo ainda explorar transportes coletivos de passageiros de superfície dentro e fora daquela área, bem como outras atividades complementares ou subsidiárias do seu objeto principal, conforme disposto nos seus estatutos.

A rede de transportes públicos de passageiros da STCP, com uma extensão de aproximadamente 490 km, é composta por 73 linhas - 70 operadas em modo autocarro e 3 em modo carro elétrico - que se desenvolvem em 33 freguesias dos 6 concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP), Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, servindo aproximadamente 1 milhão de habitantes.

A gestão operacional da STCP, S.A. encontra-se a cargo de seis municípios da Área Metropolitana do Porto - Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia - no cumprimento do estipulado no Decreto-Lei nº 82/2016, de 28 de novembro, no Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Estado para a AMP e no Contrato de Gestão Operacional, ambos celebrados entre o Estado Português e a AMP, e no Contrato Interadministrativo de Constituição da Unidade Técnica de Serviço, celebrado entre a AMP e os Municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia.

#### **STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.**

A STCP Serviços é uma sociedade unipessoal, por quotas, detida na totalidade pela STCP, S.A..

A empresa tem por missão a prestação de serviços de transporte turístico em autocarro e / ou carro elétrico e a comercialização de viagens ou outros produtos turísticos.

Em março de 2012, por deliberação da STCP, S.A., foi cessada a atividade operacional da STCP Serviços uma vez que os resultados operacionais gerados pela empresa vinham sendo negativos há alguns anos, pelo que, a partir daquela data, o volume de negócios da STCP Serviços passou a ser nulo. Nos últimos

anos têm sido empreendidos esforços de resolução dos processos administrativos e financeiros pendentes, nomeadamente o recebimento de dívidas de parceiros comerciais e de revendedores dos produtos turísticos. Encontram-se também em resolução situações referentes a faturações recebidas de parceiros para as quais a STCP Serviços tem a expectativa de efetuar encontro de contas.

### **TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.**

O TIP é um Agrupamento Complementar de Empresas constituído, em dezembro de 2002, pela Metro do Porto, S.A., pela Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. e pela empresa Caminhos de Ferro Portugueses, com o objetivo de promover a implementação da intermodalidade nos transportes públicos da Área Metropolitana do Porto (AMP) e Trofa.

A STCP, S.A. tem uma participação de 33,3% no seu capital.

### **Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.**

O objeto social da Transpublicidade é a exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações. A STCP, S.A. detém uma participação de 20% no seu capital.

### **Metro do Porto, S.A.**

A Metro do Porto tem por objeto a exploração de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto. A concessão compreende ainda a conceção e realização do projeto, a realização das obras de construção e o fornecimento e montagem de equipamentos. A STCP, S.A. detém uma participação de 16,6% no seu capital

### **OPT – Optimização e Planeamento de Transportes S.A.**

A OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. tem como objeto o desenvolvimento de projetos de I&D, no âmbito do planeamento operacional de transportes coletivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transporte e geração automática de informação ao público, realizando também trabalhos de consultoria na área do planeamento operacional de transportes.

A STCP, S.A. detém uma participação de 8,3% no seu capital.

Durante o primeiro semestre de 2019 não se registou qualquer alteração nas participações sociais da STCP, S.A..

O grupo STCP utiliza a consolidação de contas pelo método integral com a subsidiária STCP Serviços. De salientar que das duas empresas STCP, S.A. e STCP Serviços, apenas a STCP, S.A. tem atividade operacional, pelo que a atividade do grupo STCP está consubstanciada na STCP, S.A..

As empresas associadas TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE e Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A. foram incluídas na consolidação de contas, pelo método de equivalência patrimonial.

## 1.2 Destaques do semestre

### 1 de janeiro

O **Tarifário foi atualizado em termos médios em 1,14%** de acordo com o estabelecido na Portaria nº 298/2018, de 19 de novembro, e as indicações da Área Metropolitana do Porto. O título vendido a bordo dos autocarros, Bilhete de Bordo (Agente Único), passou de 1,95 euros para 2,00 euros.

### 10 e 17 de janeiro

Em janeiro foram **celebrados dois acordos com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT)**:

- a 10 de janeiro foi celebrado um acordo que permitiu que não avançasse a greve decretada, a partir de 9 de janeiro de 2019, que abrangia todos os serviços diários a todos os dias da semana;
- a 17 de janeiro foi celebrado um acordo, com efeitos a 4 de fevereiro de 2019, relativo ao levantamento da greve que abrangia as duas últimas horas de cada serviço diário, decretada no dia 5 de agosto de 2017.

### 24 de janeiro

A STCP foi notificada pelo POSEUR – Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, da **aprovação da candidatura ao Aviso POSEUR-07-2018-10**, efetuada em 2018, destinada ao cofinanciamento da aquisição de 86 novos autocarros, para renovação da atual frota envelhecida, da renovação do posto de enchimento de gás natural localizado na Estação de Recolha de Francos e da aquisição de novas estações de carregamento destinadas aos novos autocarros elétricos a adquirir. O total do investimento associado a esta candidatura é de aproximadamente 23 milhões de euros, correspondendo a um montante máximo de comparticipação de 4,75 milhões de euros.

### 5 de fevereiro

A **rede de Agentes Payshop** substituiu a “Pagaqui” no carregamento de títulos de transporte.

### 5 e 8 de fevereiro

- **alterada a localização das paragens de autocarros da STCP na zona do Mercado do Bolhão**, no Porto. Esta reorganização das paragens surgiu no seguimento da planificação de obras a executar pela Câmara Municipal do Porto, implicando diversas alterações, nomeadamente o impedimento de circulação de autocarros na Rua de Alexandre Braga.
- os carros elétricos das linhas 1 e 18 passaram a parar em **frente ao Museu do Carro Eléctrico**, em **novos abrigos com plataforma**, instalados pela Câmara Municipal do Porto permitindo melhorar as condições de espera e acessibilidade aos elétricos.

### 14 de fevereiro e 19 de março

A **STCP assinalou o Dia dos Namorados e o Dia do Pai** com diversos passatempos, anunciados no *Facebook*.

### 1 de abril e 1 de maio

Na sequência da publicação do Despacho nº 1234-A/2019, de 4 de fevereiro, que instituiu o **Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART)**, foram criadas as seguintes assinaturas mensais:

- a 1 de abril, a **assinatura andante Z3**, válida para três zonas contíguas selecionadas pelo cliente no ato da compra, com o preço de 30 euros;
- a 1 de abril, a **assinatura andante metropolitano**, válida em toda a área metropolitana do Porto servida pela rede intermodal andante, com o preço de 40 euros;
- a 1 de maio, a **assinatura Andante Municipal**, válida em todas as zonas de um concelho servido pela rede intermodal andante, com o preço de 30 euros.

A 1 de maio, entrou ainda em vigor o **novo zonamento andante**, que reflete uma expansão da intermodalidade. O novo mapa de zonamento permite aos clientes conhecerem de forma mais intuitiva os limites das zonas e a sua relação com cada município tendo assim sido alterada a sua nomenclatura.



### 12 de abril

A STCP lançou o **Concurso público internacional para a aquisição de 81 novas viaturas movidas a Gás Natural Comprimido**. Para assinalar o seu lançamento foi organizada uma cerimónia pela Área Metropolitana do Porto e STCP, que decorreu no Museu do Carro Elétrico. O evento foi presidido pelo Ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes, tendo ainda contado com a presença do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade, José Gomes Mendes, do Presidente do Conselho Metropolitano da AMP, Eduardo Vítor Rodrigues,



do Presidente da Câmara do Porto e da UTS-STCP, Rui Moreira, bem como de outros autarcas e personalidades.

Esta fase de renovação da frota, correspondente a 62 autocarros *low-floor* e a 19 autocarros *low-entry*, respeita a um investimento de cerca de 19,68 milhões de euros, a concretizar entre 2020 e 2021.

#### 4 de maio

Realizou-se o tradicional **Desfile de Carros Eléctricos históricos**, permitindo que centenas de pessoas tivessem a oportunidade de entrar a bordo dos 16 emblemáticos eléctricos que desfilaram, saindo do



Museu para o seu passeio anual entre o Infante e o Passeio Alegre.

A edição de 2019 visou enaltecer o contributo da Central Termoelétrica de Massarelos para a cidade do Porto. Para além do desfile, **o Museu do Carro Eléctrico abriu as portas ao público**, com visitas

guiadas a todos os interessados em conhecer um pouco da história dos transportes e da central termoelétrica.

#### 5 de maio

A **STCP assinalou o Dia da Mãe** com iniciativas que envolveram os clientes e alguns dos colaboradores, no interior dos autocarros e nas paragens.

#### 31 de maio

Foi realizada a **Assembleia Geral da STCP**, que aprovou as contas individuais e consolidadas de 2018 e o Plano de Atividades e Orçamento para 2019.

Foram eleitos para o triénio 2019-2021 os novos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal.

#### 3 de junho

Foi **celebrado um Contrato de Empréstimo de médio e longo prazo com o Estado Português**, no montante de 20.561.848,52 euros, destinado a satisfazer necessidades de financiamento associadas a fluxos do contrato *swap*, celebrado junto do banco Santander Totta, S.A.. O montante do empréstimo será disponibilizado em duas tranches, tendo ocorrido a primeira no mês de junho, no valor de 9.889.945,13 euros e ocorrendo a segunda até 5 de dezembro de 2019.

### maio e junho

Nos meses de maio e junho, conforme vem sendo recorrente anualmente, foram desenvolvidas várias parcerias entre a STCP e várias instituições da Área Metropolitana do Porto, para a **melhoria da mobilidade e oferta em transporte público aos vários eventos** a realizar nesta área geográfica, nomeadamente, **Queima das Fitas do Porto 2019, 50H NON STOP SERRALVES, NOS PRIMAVERA SOUND, Noite de São João, final da Liga das Nações.**

### 17 a 19 de junho

Decorreu nos dias 17, 18 e 19 de junho, a **Auditoria de Acompanhamento 2019, realizada pela Entidade Certificadora APCER às Certificações do Sistema Integrado de Gestão da STCP**, nos referenciais: NP EN ISO 14001:2015 (Gestão Ambiental), NP EN ISO 9001:2015 (Gestão da Qualidade) e NP 4397:2008 / OHSAS 18001:2007 (Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho).

Em sequência desta auditoria, a APCER considerou estarem reunidas todas as condições para a manutenção da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, a manutenção da Certificação do Sistema de Gestão Ambiental, e a manutenção da Certificação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho.

### 30 de junho

**No final de junho de 2019 estavam em operação na rede da STCP, 68 novos autocarros** – 15 elétricos (a totalidade da aquisição) e 53 a gás natural. Até ao final de 2020, deverão estar integrados na frota da STCP um total de 188 autocarros novos – 15 elétricos e 173 a gás natural.

Os novos veículos permitirão, entre outros aspetos, reduzir a zero as emissões de CO<sub>2</sub>, indo assim ao encontro de uma política de aproveitamento de recursos energéticos não poluentes a que a STCP pretende dar força. Este projeto conta com o financiamento parcial do Programa POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

### 1.3 Atividade do Semestre

Apresenta-se na tabela seguinte, a evolução dos principais indicadores da atividade da STCP:

Atividade STCP	unidade	1º Semestre		var. abs.	var. %
		2019	2018		
<b>Frota (a 30 de junho)</b>					
Autocarro	unid.	419	419	0	0,0%
Carro Elétrico	unid.	7	7	0	0,0%
<b>Recursos (a 30 de junho)</b>					
<b>Efetivo Total (sem CA)</b>	<b>unid.</b>	<b>1.258</b>	<b>1.224</b>	<b>34</b>	<b>2,8%</b>
Pessoal Tripulante em funções	unid.	940	906	34	3,8%
Pessoal tripulante em funções	%	74,7%	74,0%	0,007 p.p.	0,9%
<b>Procura</b>					
<b>Passageiros</b>	<b>10<sup>3</sup></b>	<b>37.829</b>	<b>36.786</b>	<b>1.043</b>	<b>2,8%</b>
Autocarro	10 <sup>3</sup>	37.506	36.436	1.070	2,9%
Carro Elétrico	10 <sup>3</sup>	323	350	-27	-7,6%
<b>Percurso Médio Passageiro</b>	<b>km</b>	<b>3,73</b>	<b>3,72</b>	<b>0,01</b>	<b>0,3%</b>
Autocarro	km	3,75	3,74	0,01	0,2%
Carro Elétrico	km	1,76	1,77	-0,01	-0,7%
<b>Passageiros Km</b>	<b>10<sup>3</sup></b>	<b>141.106</b>	<b>136.813</b>	<b>4.293</b>	<b>3,1%</b>
Autocarro	10 <sup>3</sup>	140.537	136.192	4.345	3,2%
Carro Elétrico	10 <sup>3</sup>	569	621	-51	-8,3%
<b>Receita de tarifário</b>					
<b>Total</b>	<b>10<sup>3</sup> €</b>	<b>24.407</b>	<b>23.519</b>	<b>888</b>	<b>3,8%</b>
Autocarro	10 <sup>3</sup> €	23.466	22.656	810	3,6%
Carro Elétrico	10 <sup>3</sup> €	942	863	78	9,1%
<b>Oferta</b>					
	<b>10<sup>3</sup> €</b>				
<b>Veículos Km Serviço</b>	<b>10<sup>3</sup></b>	<b>11.176</b>	<b>11.247</b>	<b>-71</b>	<b>-0,6%</b>
Autocarro	10 <sup>3</sup>	11.103	11.165	-62	-0,6%
Carro Elétrico	10 <sup>3</sup>	73	82	-9	-11,2%
<b>Lotação Média</b>	<b>nº</b>	<b>90,3</b>	<b>91,2</b>	<b>-1</b>	<b>-1,0%</b>
Autocarro	nº	90,6	91,6	-1	-1,1%
Carro Elétrico	nº	42,0	42,0	0	0,0%
<b>Lugares Km</b>	<b>10<sup>3</sup></b>	<b>1.009.340</b>	<b>1.026.145</b>	<b>-16.805</b>	<b>-1,6%</b>
Autocarro	10 <sup>3</sup>	1.006.289	1.022.708	-16.419	-1,6%
Carro Elétrico	10 <sup>3</sup>	3.051	3.437	-386	-11,2%
<b>Horas Serviço</b>	<b>10<sup>3</sup></b>	<b>717</b>	<b>718</b>	<b>-1,7</b>	<b>-0,2%</b>
Autocarro	10 <sup>3</sup>	707,5	708,8	-1,3	-0,2%
Carro Elétrico	10 <sup>3</sup>	9,1	9,5	-0,4	-4,0%
<b>Velocidade Média</b>	<b>km/h</b>	<b>15,60</b>	<b>15,66</b>	<b>-0,06</b>	<b>-0,4%</b>
Autocarro	km/h	15,69	15,75	-0,06	-0,4%
Carro Elétrico	km/h	7,97	8,62	-0,65	-7,6%

#### Procura

No primeiro semestre de 2019 a procura total foi de 37,8 milhões de passageiros, registando um aumento face ao período homólogo de 2018 de 2,8%, cerca de mais um milhão de passageiros.

O modo autocarro registou uma variação positiva de 2,9%, mais 1,1 milhões de passageiros relativamente ao primeiro semestre de 2018, enquanto no modo carro elétrico se registou uma variação negativa de 7,6%, menos - 27 mil passageiros, relativamente a igual período do ano anterior.

O comportamento da procura durante o semestre é explicado pela melhoria da regularidade do serviço, dado o levantamento da greve às duas últimas horas do período de trabalho, que estava em vigor desde meados de 2017, na sequência do acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) em janeiro de 2019, com efeitos a partir de 4 de fevereiro, pelo aumento do número dos motoristas face ao período homólogo de 2018. É ainda explicado pela introdução do PART - Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART), que implicou a criação de assinaturas andante a preços mais acessíveis, gerando uma maior apetência pelo transporte público de passageiros.

### **Receita de serviço de transporte**

A receita de serviço de transporte (incluindo compensações de tarifário social e PART) atingiu 24,4 milhões de euros no final do primeiro semestre, registando um aumento de 3,8%, cerca de 888 milhares de euros, quando comparada com a de igual período de 2018. Para este resultado contribuiu o crescimento da procura e o aumento de tarifário a 1 de janeiro, com particular incidência do título Bilhete de Bordo. A receita de serviço de transporte do modo carro elétrico foi de 942 mil euros, correspondendo a um crescimento de 9,1%, mais 78 mil euros face a igual período de 2018, explicado pelo aumento do tarifário do carro elétrico, que ocorreu no início do ano.

### **Oferta**

Os veículos km de serviço percorridos durante o primeiro semestre de 2019 foram de 11,2 milhões, inferiores em cerca de 0,6%, cerca de 71 mil quilómetros, aos percorridos no período homólogo de 2018.

A oferta do modo autocarro registou uma ligeira diminuição face a igual período do ano anterior de 0,6%, menos 62 mil quilómetros, enquanto no modo carro elétrico se verificou uma redução de 11,2%, cerca de menos 9 mil de quilómetros, face a igual período de 2018, explicada pelo aumento do absentismo por motivo de doença prolongada, do pessoal tripulante (guarda-freios).

Devido ao projeto de renovação da frota de autocarros em curso, o peso dos veículos km de serviço percorridos durante o primeiro semestre de 2019 por autocarros movidos a gásóleo diminuiu em cerca de 2,2 pontos percentuais em relação ao período homólogo do ano anterior. Cerca de 67% dos quilómetros percorridos nos primeiros seis meses de 2019 foram por autocarros a movidos a gás natural e elétricos.

### **Recursos Humanos**

A 30 de junho de 2019, o efetivo, excluindo órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento e incluindo cedidos, era de 1.258.

Durante o primeiro semestre de 2019 houve 15 admissões, 13 motoristas e 2 guarda-freios, e 28 saídas de trabalhadores, dos quais 13 eram motoristas. Os motivos para as saídas foram, a reforma (18), a pedido do trabalhador (8), licença sem vencimento (1) e falecimento (1).

Relativamente a 31 de dezembro de 2018, excluindo órgãos sociais e trabalhadores requisitados, no final do semestre verifica-se uma diminuição líquida de efetivo de 13 e uma diminuição de 4 no pessoal tripulante em funções.

## 1.4 Resultados Consolidados

### 1.4.1 Evolução dos resultados

Demonstração de Resultados Consolidados (em milhares de €)	1º Semestre		var. abs.	var. %
	2019	2018		
Rédito das Vendas e dos Serviços Prestados	24.473	23.583	890	3,8%
Outros Rendimentos e Ganhos	4.024	3.724	300	8,1%
<b>Rendimentos e Ganhos</b>	<b>28.497</b>	<b>27.307</b>	<b>1.190</b>	<b>4,4%</b>
Inventários, Materiais e Serviços Consumidos	10.730	10.209	520	5,1%
Gastos com o Pessoal	15.659	15.636	23	0,1%
Outros Gastos Operacionais	237	345	-108	-31,2%
<b>Gastos e Perdas</b>	<b>26.626</b>	<b>26.190</b>	<b>436</b>	<b>1,7%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>1.871</b>	<b>1.117</b>	<b>754</b>	<b>67,5%</b>
Indemnizações	0	2,5	-2,5	-100%
<b>EBITDA Recorrente</b>	<b>1.871</b>	<b>1.119</b>	<b>752</b>	<b>67,2%</b>
Gastos com Depreciações e Amortizações	1.785	1.417	368	26,0%
Aumentos / Diminuições de Provisões	229	43	186	430%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-144</b>	<b>-344</b>	<b>200</b>	<b>-58,2%</b>
<i>Variação de Justo Valor (SWAP)</i>	7.584	6.581	1.003	15,2%
<i>Juros com SWAP</i>	9.936	8.481	1.456	17,2%
Encargos com SWAP	2.353	1.900	453	23,9%
Juros e Encargos de Financiamento	1.607	1.982	-375	-18,9%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-3.960</b>	<b>-3.882</b>	<b>-78</b>	<b>2,0%</b>
Imposto sobre o Rendimento	6,4	6,9	-0,4	-6,2%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>-4.110</b>	<b>-4.232</b>	<b>122</b>	<b>-2,9%</b>
<b>Resultado Líquido do Período sem SWAP (variação de justo valor e juros)</b>	<b>-1.757</b>	<b>-2.333</b>	<b>575</b>	<b>-24,7%</b>

O **resultado líquido** apurado no final do primeiro semestre de 2019 foi negativo em cerca de 4,1 milhões de euros, apresentando um desagravamento de 122 mil euros, -2,9% face ao registado no período homólogo de 2018.

O resultado líquido do período, excluído dos encargos (juros e variação de justo valor) com instrumentos financeiros (*swap*), apresenta um desagravamento de 575 mil euros, -24,7% quando comparado com o primeiro semestre do ano anterior, ascendendo a cerca de -1,8 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2019.

O **EBITDA recorrente** do primeiro semestre de 2019 foi positivo em cerca de 1,9 milhões de euros, aumentando cerca de 752 mil euros, 67,2%, face ao período homólogo de 2018, em virtude do aumento dos rendimentos e ganhos terem alcançado o total de 28,5 milhões de euros e os gastos e perdas operacionais (sem depreciações, amortizações, provisões e imparidades) terem atingido 26,6 milhões de euros.

Os **rendimentos e ganhos** do primeiro semestre de 2019 tiveram um crescimento de 4,4%, cerca de 1,1 milhões de euros, face ao semestre homólogo de 2018, atingindo 278,5 milhões de euros.



O rédito das vendas e dos serviços prestado aumentou 3,8%, dado o aumento de tarifas registado a 1 de janeiro e o crescimento da procura.

Os outros rendimentos e ganhos aumentaram 8,1%, cerca de 300 mil euros, fundamentalmente pelo facto das compensações pelas obrigações de serviço público contratualizadas pelos municípios para o ano de 2019 serem superiores às do ano de 2018, pelo que a sua contabilização no semestre representa cerca de +300 mil euros face à contabilização do primeiro semestre do ano transato.

Os **gastos e perdas operacionais (sem depreciações, amortizações, provisões e imparidades)** do primeiro semestre de 2019 cresceram 1,7%, cerca de 436 mil, face ao semestre homólogo de 2018, atingindo 26,2 milhões de euros.

Os gastos de inventários, materiais e serviços consumidos cresceram 5,1%, 520 mil euros, devido essencialmente ao aumento dos gastos com combustíveis, em cerca de 440 mil euros, justificado pelo aumento de preços, e pelo acréscimo de gastos com manutenção, pneus e acessórios de autocarros, em cerca de 140 mil euros.

Os gastos com pessoal foram de 15,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2019, aumentando ligeiramente (cerca de 23 mil euros) face ao semestre homólogo de 2018.

Os outros gastos e perdas operacionais, de 237 mil euros, no primeiro semestre de 2019, registaram uma diminuição de 31,2%, 108 mil euros, devido à redução dos gastos com indemnizações por sinistros.

Os **resultados financeiros** do primeiro semestre de 2019 foram negativos, em cerca de 3,9 milhões de euros, agravando-se em 78 mil de euros quando comparado com igual período de 2018. Este resultado deve-se ao crescimento dos encargos com instrumentos financeiros (*swap*) em 453 mil euros (os juros com *swap* foram de 9,9 milhões de euros, crescendo cerca de 1,5 milhões de euros face ao primeiro semestre de 2018, enquanto que a variação de justo valor foi positiva, no montante de 7,6 milhões de euros, aumentando cerca de 1 milhar de euros face ao registado no primeiro semestre de 2018). Os juros e encargos com financiamento reduziram 375 mil euros no primeiro semestre de 2019, em comparação com igual período de 2018, devido à amortização da dívida de alguns dos empréstimos celebrados com o Estado Português e à amortização da dívida com o *leasing* de autocarros.

## 1.4.2 Evolução Patrimonial

Balanço Consolidado (10 <sup>3</sup> €)	jun/19	dez/18	var. abs.	var. %
Ativo não corrente	78.814	75.777	3.037	4,0%
Ativo corrente	18.636	25.959	-7.322	-28%
<b>Total do Ativo</b>	<b>97.451</b>	<b>101.736</b>	<b>-4.285</b>	<b>-4,2%</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>-343.737</b>	<b>-339.676</b>	<b>-4.061</b>	<b>-1,2%</b>
Passivo não corrente	331.286	361.145	-29.859	-8,3%
Passivo Corrente	109.902	80.267	29.635	37%
<b>Total do Passivo</b>	<b>441.188</b>	<b>441.412</b>	<b>-224</b>	<b>-0,1%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>97.451</b>	<b>101.736</b>	<b>-4.285</b>	<b>-4,2%</b>

No primeiro semestre de 2019 o **ativo** diminuiu 4,2% (4,3 milhões de euros) face a 31 de dezembro de 2018 situando-se em cerca de 97,5 milhões de euros.

O ativo não corrente teve um crescimento 3 milhões de euros, devido essencialmente ao investimento realizado no semestre na nova frota de autocarros. O ativo corrente reduziu 7,3 milhões de euros, principalmente pela redução do caixa e seus equivalente, na sequência da liquidação da dívida relativa a fornecedores de imobilizado, adquirido em 2018 e ao longo de primeiro semestre de 2019.

O **capital próprio** no final do primeiro semestre de 2019 apresentava o valor negativo de aproximadamente 344 milhões de euros, registando um agravamento de cerca de 4 milhões de euros (1,2%) face a 31 de dezembro de 2018, devido ao resultado líquido negativo registado no período e ao agravamento dos resultados acumulados.

O **passivo**, no primeiro semestre de 2019 diminuiu 0,1% (224 mil euros) face a 31 de dezembro de 2018 situando-se em cerca de 441,2 milhões de euros.

O montante do **investimento realizado no primeiro semestre de 2019** ascende a 6,6 milhões de euros, dos quais 86%, cerca de 5,6 milhões de euros, respeitam à aquisição de novos autocarros, e 12%, aproximadamente 797 mil euros, respeitam às obras de construção do posto de abastecimento de gás natural na Estação de Recolha da Via Norte e à elaboração dos projetos para a requalificação das estações de recolha dos autocarros.

No primeiro semestre **as alienações atingiram o valor de montante de 79 mil euros**, proveniente da venda do terreno da Subestação de S. Caetano e da venda para sucata de autocarros em fim de vida.

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, incluindo à Segurança Social.

## 1.5 Identificação dos principais riscos

Em 2018 a responsabilidade pela gestão da Empresa passou a ser partilhada entre o Estado e seis municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP) - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar, Gaia e Porto - através de uma UTS - Unidade Técnica de Suporte, que congrega as decisões destes Municípios. O Conselho de Administração é constituído por um Presidente executivo, dois Vogais executivos e dois Vogais não executivos. Um dos Administradores Executivos é nomeado pelo Estado, e os restantes Membros são nomeados pela Área Metropolitana do Porto.

O Sistema Integrado de Gestão da STCP, S.A. encontra-se Certificado em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, pelas Normas:

- NP EN ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade
- NP EN ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental
- OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho.

Em 2018 foi realizada a transição, para as novas versões 2015, das normas de gestão em Qualidade e Ambiente, referenciais estes que vêm introduzir na gestão das empresas a abordagem pelo pensamento de risco, análise de contexto e partes interessadas.

A aplicação do pensamento baseado no risco passou pela definição da Matriz de Análise SWOT (Pontos Fortes, Pontos fracos, Oportunidades e Ameaças) e da Matriz de Riscos e Oportunidades.

Seguidamente apresenta-se tabela resumo com identificação dos principais riscos estratégicos da empresa, bem como o departamento/área da macroestrutura, responsável pela sua monitorização e controlo:

Áreas de Responsabilidade	Principais riscos estratégicos
Departamento de Operações/ Unidade do Carro Elétrico	Concorrência do transporte individual
Departamento de Marketing	Concorrência de outros operadores de transporte público
Departamento de Marketing	Ineficácia do regime de fiscalização relativamente à exclusividade da STCP na exploração do transporte público rodoviário de passageiros, na Cidade do Porto
Departamento Administrativo e Financeiro	Desequilíbrio económico - financeiro
Departamento Administrativo e Financeiro	Impacto financeiro decorrente das ações judiciais
Departamento de Marketing	Eventual fraude por parte dos clientes
Departamento de Operações/ Unidade do Carro Elétrico/ Autoridade de Segurança da Exploração	Segurança na operação
Departamento de Operações/ Unidade do Carro Elétrico/ Autoridade de Segurança da Exploração/ Departamento de Recursos Humanos	Eventual existência de greves ou plenários
Departamento de Recursos Humanos/ Gestor do Sistema de Gestão SST	Eventuais riscos no âmbito da Higiene, Segurança e Saúde do Trabalho
Departamento de Operações/ Gestor do Sistema de Gestão Ambiental	Eventuais acidentes com impactos ambientais
Departamento de Operações/ Autoridade de Segurança da Exploração/ Departamento Administrativo e Financeira/ Unidade de Manutenção da Frota	Sinistralidade rodoviária

## 1.6 Perspetivas para o exercício

A Assembleia Geral da STCP, de 31 de maio de 2019, aprovou o Plano de Atividades e Orçamento de Exploração e de Investimentos para 2019, embora com limitações ao nível da quantidade de trabalhadores a contratar, dos gastos com pessoal, fornecimentos e serviços externos e do montante de investimento a realizar, vindo permitir a concretização de alguns dos projetos de investimento e a admissão de pessoal, em curso até ao final do ano.

No seguimento da orientação recebida em junho de 2019, das Tutelas setorial e financeira, para que a transferência da STCP para os Municípios ocorra a curto prazo, e da incumbência da apresentação por parte da empresa, de uma proposta de decreto-lei relativa à referida transferência e de um estudo demonstrativo do interesse e da viabilidade da operação, foram desenvolvidos os devidos trabalhos, em articulação com consultores jurídicos e financeiros, durante o mês de julho.

A 28 de agosto de 2019 foi celebrado o Memorando de Entendimento sobre a Intermunicipalização da STCP entre o Estado Português, a Área Metropolitana do Porto, os municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, e a STCP. Através deste Memorando, as Partes concordaram em envidar esforços para implementar o Novo Modelo de Intermunicipalização da STCP, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2020.

Ao longo do segundo semestre de 2019 serão desenvolvidos os diversos trabalhos que se entendam necessários, tendo em vista a implementação do estipulado no referido Memorando.

## 1.7 Modelo de Governo

A STCP tem como órgãos sociais a Assembleia-Geral, o Conselho de Administração e dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Contrato de Gestão Operacional celebrado entre o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto, a 2 de janeiro de 2017, transferiu para esta última entidade a gestão operacional da STCP, tendo o Estado atribuído à AMP o direito de propor quatro dos cinco membros do Conselho de Administração, incluindo o presidente. A 1 de janeiro de 2018, com a eleição dos novos membros do Conselho de Administração da STCP, foi efetivada a transferência das competências da gestão operacional da STCP do Estado para os municípios servidos pela rede de transportes da empresa - Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo.

## 1.7.1 Identificação dos Órgãos Sociais

O **Presidente Executivo do Conselho de Administração da STCP, Senhor Dr. Paulo de Azevedo Pereira da Silva**, eleito a 15 de janeiro de 2018 para o triénio 2018-2020, **apresentou renúncia ao cargo a 27 de junho de 2019, com efeitos a 31 de julho de 2019.**

A 31 de julho de 2019, de acordo com a vontade expressa pelo acionista Estado Português, foi **eleito como Presidente Executivo do Conselho de Administração da STCP**, para acompanhar o mandato 2018-2020, o **Senhor Engº Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró, com efeitos a 1 de setembro de 2019.**

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
<b>Mesa da Assembleia Geral [1]</b>		
Presidente	Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	31-mai-19
Vice-Presidente	Ana Sofia Lameira dos Santos Palrinhas	31-mai-19
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	31-mai-19
<b>Mesa da Assembleia Geral [2]</b>		
Presidente	José António Ferreira de Barros	25-jan-16
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	25-jan-16
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	25-jan-16
<b>Conselho de Administração</b>		
Presidente Executivo	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró [3]	01-set-19
Presidente Executivo	Paulo de Azevedo Pereira da Silva [4]	15-jan-18
Vogal Executivo	Ângelo Augusto Santos Oliveira	1-jan-18
Vogal Executiva	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	1-jan-18
Vogal Não Executiva	Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos	1-jan-18
Vogal Não Executivo	Avelino José Pinto de Oliveira	1-jan-18
<b>Conselho Fiscal [5]</b>		
Presidente	Luís Manuel Abrantes	31-mai-19
Vogal Efetiva	Ana Alexandra Filipe Freitas	31-mai-19
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	31-mai-19
Vogal Suplente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	31-mai-19
<b>Conselho Fiscal [2]</b>		
Presidente	Pedro Romano Martinez	25-jan-16
Vogal Efetiva	Ana Alexandra Filipe Freitas	25-jan-16
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	25-jan-16
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	25-jan-16
<b>Revisor Oficial de Contas [6]</b>		
	Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A. Representada pelo sócio Gabriel Correia Alves, ROC nº 784	19-mar-19

[1] - Eleita na Assembleia Geral de 31 de maio de 2019.

[2] - Em funções até 31 de maio de 2019. Eleito pela Deliberação Social Unânime por Escrito de 25 de janeiro de 2016.

[3] - Eleito pela Deliberação Social Unânime por Escrito, de 31 de junho de 2019, com efeitos a 1 de setembro de 2019

[4] - Apresentou renúncia ao cargo a 27 de junho de 2019. O Conselho de Administração foi eleito pela Deliberação Social Unânime por Escrito de 29 de dezembro de 2017.

[5] - Eleito na Assembleia Geral de 31 de maio de 2019.

[6] - Eleito em 19 de março de 2019, por Deliberação Social Unânime por Escrito. O ROC anterior, apresentou renúncia ao cargo a 30 de agosto de 2018.

## 1.7.2 Estatuto remuneratório

Para efeitos de fixação das remunerações dos órgãos sociais está atribuída à empresa STCP, S.A. a classificação C pela Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros nºs 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

### 1. Mesa da Assembleia Geral

O ponto nove da Ata da Assembleia Geral de 31 de maio de 2019 e a Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 25 de janeiro de 2016, fixaram para os membros da Mesa da Assembleia Geral, os seguintes valores para as senhas de presença e disposições:

Presidente: valor líquido de 500,00 €.

Vice-Presidente: valor líquido de 425,00 €.

Secretário: valor líquido de 350,00 €.

Aos valores fixados aplicam-se as disposições legalmente vigentes.

### 2. Conselho de Administração

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 29 de dezembro de 2017, com efeitos a 1 de janeiro de 2018, ao abrigo do Estatuto do Gestor Público (EGP), fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração da seguinte forma:

Presidente Executivo: valor mensal líquido de 4.578,20 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.831,28 €, pago 12 vezes por ano.

Vogais Executivos: valor mensal líquido de 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.465,02 €, pago 12 vezes por ano.

Vogais Não Executivos: valor mensal líquido de 915,64 €, pago 14 vezes por ano.

Os membros do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- i) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa, com exceção aos respeitantes a planos complementares de reforma, aposentação, sobrevivência ou invalidez, nos termos do artigo 34.º do EGP;
- ii) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do abono mensal para despesas de representação fixadas nos termos do n.º 3 do artigo 33.º do EGP;



- iii) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do EGP; e
- iv) A atribuição do subsídio de refeição nas condições previstas no artigo 20.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

Não é permitida:

- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32º do EGP; e
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32º do EGP.

### **3. Conselho Fiscal**

O ponto nove da Ata da Assembleia Geral de 31 de maio de 2019 e a Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 25 de janeiro de 2016, fixaram para os membros do Conselho Fiscal os seguintes valores e disposições:

Presidente: valor líquido de 1.281,90 €, pago 14 vezes por ano.

Vogais: valor líquido de 961,42 €, pago 14 vezes por ano.

Aos valores fixados aplicam-se as disposições legalmente vigentes.

### **4. Revisor Oficial de Contas (ROC)**

No ponto dois da Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 19 de março de 2019, encontra-se estabelecido os honorários líquidos do Revisor Oficial de contas, no valor de 29.800 €, para o biénio 2019-2020, conforme proposta do Conselho Fiscal, montante estabelecido no contrato de prestação de serviços celebrado entre a STCP e o Revisor Oficial de Contas, datado de 09 de abril de 2019. Neste contrato encontra-se definida a periodicidade do pagamento de honorários bem como a especificação de que a elaboração da Certificação Legal de Contas, individuais e consolidadas de 2018, fica a cargo da RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., pela qual auferirá o valor de 7.450 €.

### 1.7.3 Atribuições dos membros do Conselho de Administração

A afetação direta das áreas da macroestrutura da empresa a cada um dos Administradores, bem como a nomeação dos representantes da STCP nas empresas participadas, foi deliberado nos pontos 1.1 e 1.6 respetivamente, da ata nº 2/18, de 15 de janeiro de 2018, conforme seguidamente se apresenta:

#### **Presidente Executivo – Dr. Paulo de Azevedo Pereira da Silva**

Exerceu funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Marketing, do Departamento de Assessoria Jurídica e do Museu do Carro Elétrico.

Vogal no Conselho de Administração na TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE) até 19 de junho de 2019.

#### **Vogal Executivo – Eng.º Ângelo Augusto Santos Oliveira**

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Operações, Unidade de Manutenção da Frota, Unidade do Carro Elétrico e Gabinete de Informática e Comunicações. Representante do Conselho de Administração para o Sistema Integrado de Gestão e Qualidade.

Vogal no Conselho de Administração na TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE) desde 19 de junho de 2019.

#### **Vogal Executiva – Dra. Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça**

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Departamento de Recursos Humanos e Departamento Administrativo e Financeiro. Representante do Conselho de Administração para as relações com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

É a gerente da STCP SERVIÇOS – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda..

#### **Vogal Não Executiva – Eng.ª Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos**

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral.

#### **Vogal Não Executivo – Arq.º Avelino José Pinto de Oliveira**

Exercem funções não executivas. Acompanham e avaliam continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral.

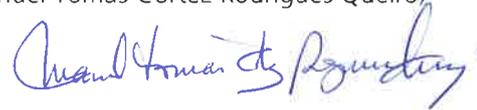
Porto, 30 de setembro de 2019

O Conselho de Administração

Presidente executivo:

(Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró)

Vogais executivos:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró".

(Ângelo Augusto Santos Oliveira)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Ângelo Augusto Santos Oliveira".

(Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Isabel Botelho Moniz".

## 2. Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Informação financeira não sujeita a auditoria ou revisão limitada)

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	30 junho 2019	31 dezembro 2018
Ativo não corrente		78.814.076,78	75.777.053,37
Ativos fixos tangíveis	8	63.266.610,35	59.967.549,68
Propriedades de investimento	10	14.060.765,79	14.109.265,79
Outros ativos fixos intangíveis	9	21.343,13	25.606,71
Participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial	4	999.054,83	675.168,46
Participações financeiras pelo método do custo	11	25.000,00	25.000,00
Outros investimentos financeiros		53.990,98	41.951,49
Outras contas a receber	12	387.311,70	932.511,24
<b>Ativo corrente</b>		<b>18.636.464,75</b>	<b>25.958.814,04</b>
Inventários		481.946,72	519.909,60
Clientes		778.420,33	3.113.429,26
Outras contas a receber	12	11.574.178,95	7.469.293,86
Impostos sobre o rendimento a receber	6	553.261,12	568.461,52
Caixa e seus equivalentes	7	5.248.657,63	14.287.719,80
<b>Total do ativo</b>		<b>97.450.541,53</b>	<b>101.735.867,41</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
	Notas	30 junho 2019	31 dezembro 2018
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	24	288.034.780,00	288.034.780,00
Reservas não distribuíveis		75.378,27	75.378,27
Reservas distribuíveis		930.935,58	930.935,58
Excedentes de valorização de ativos fixos		40.587.020,50	40.977.837,46
Ajustamentos ao valor de ativos financeiros		715.966,96	170.135,37
Resultados acumulados		-669.971.075,00	-668.045.271,87
Resultado líquido do período	26	-4.110.032,42	-1.819.627,06
Interesses minoritários			
<b>Total do capital próprio</b>		<b>-343.737.026,11</b>	<b>-339.675.832,25</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo não corrente		331.285.536,95	361.144.645,74
Provisões	23	15.405.863,04	15.176.432,74
Outros instrumentos financeiros	20	315.308.266,88	344.332.787,48
Responsabilidades por benefícios de reforma	22	312.312,00	563.757,00
Passivos por locação	19	259.095,03	1.071.668,52
Passivo corrente		109.902.030,69	80.267.053,92
Fornecedores		2.401.646,45	2.742.056,37
Empréstimos e descobertos bancários		8.727,33	10.863,84
Outros instrumentos financeiros	20	94.205.853,41	61.329.462,96
Outras contas a pagar	13	11.376.429,60	14.258.391,72
Passivos por locação	19	1.909.373,90	1.926.279,03
<b>Total do passivo</b>		<b>441.187.567,64</b>	<b>441.411.699,66</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>97.450.541,53</b>	<b>101.735.867,41</b>

O Contabilista Certificado n.º 6622

*Fernando P. Vidal Ribeiro*

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Dos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Montantes expressos em euros)

	Notas	30 junho 2019	30 junho 2018
<b>RENDIMENTOS E GANHOS</b>			
Rédito das vendas e dos serviços prestados	14	24.473.062,36	23.583.323,23
Outros rendimentos e ganhos operacionais	15	3.454.125,24	3.366.923,90
Trabalhos para a própria entidade capitalizados		25.018,76	4.647,90
Lucros imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4	315.515,81	118.338,52
Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumentos financeiros	17	7.583.827,70	6.581.260,17
Outros rendimentos e ganhos financeiros	17	229.123,64	233.748,50
<b>Total de Rendimentos e Ganhos</b>		<b>36.080.673,51</b>	<b>33.888.242,22</b>
<b>GASTOS E PERDAS</b>			
Inventários consumidos e vendidos		560.889,33	607.025,83
Materiais e serviços consumidos		10.168.793,25	9.602.466,46
Gastos com o pessoal		15.659.489,41	15.636.360,34
Gastos de depreciação e de amortização		1.785.405,61	1.417.179,75
Aumentos / diminuições de provisões		229.430,30	43.266,57
Outros gastos e perdas operacionais	16	189.755,95	310.359,76
Aumentos / diminuições de ajustamentos de dívidas a receber		-307,20	
Prejuízos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4		2.532,65
Juros e outros gastos e perdas financeiros	18	11.590.813,62	10.494.444,69
<b>Total de Gastos e Perdas</b>		<b>40.184.270,27</b>	<b>38.113.636,05</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-4.103.596,76</b>	<b>-4.225.393,83</b>
Imposto sobre o rendimento		6.435,66	6.858,76
<b>Resultado antes da consideração dos interesses minoritários</b>		<b>-4.110.032,42</b>	<b>-4.232.252,59</b>
Resultado afeto aos Interesses minoritários			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-4.110.032,42</b>	<b>-4.232.252,59</b>
Resultado por ação	26	-0,07	-0,10

O Contabilista Certificado n.º 6622

*Atencioso N. Victor Ribem*

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

Dos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Montantes expressos em euros)

	Notas	30 junho 2019	30 junho 2018
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-4.110.032,42</b>	<b>-4.232.252,59</b>
Itens que não irão ser reclassificados para resultados:			
Remensuração passivo (ativo) líquido de benefícios definidos		40.468,00	-1.803,00
Outros		8.370,56	367,38
Itens que poderão vir a ser reclassificadas para resultados:			
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente em capital próprio		48.838,56	-1.435,62
<b>Total do rendimento integral do período</b>		<b>-4.061.193,86</b>	<b>-4.233.688,21</b>
Atribuível a :			
Acionista da empresa mãe		-4.061.193,86	-4.233.688,21
		-4.061.193,86	-4.233.688,21

O Contabilista Certificado n.º 6622



O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Dos exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Montantes expressos em euros)

	Notas	30 junho 2019	30 junho 2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais-Método direto</b>			
Recebimentos de clientes		24 685 383,27	23 685 532,44
Pagamentos a fornecedores		-13 038 112,60	-10 831 343,10
Pagamentos ao pessoal		-12 813 364,56	-12 152 308,79
Fluxo gerado pelas operações		-1 166 093,89	701 880,55
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		70 000,00	39 090,62
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		1 268 965,82	761 091,51
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>172 871,93</b>	<b>1 502 062,68</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-10 695 463,27	-3 107 320,35
Ativos intangíveis		-5 794,21	-123 490,38
Investimentos financeiros		-11 951,26	-8 333,95
Outros ativos		-18 768,60	-40 393,13
		-10 731 977,34	-3 279 537,81
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		41 590,43	1 824,46
Outros ativos		150 034,15	131 680,00
Subsídios de investimento		2 310 905,11	434 950,94
Juros e rendimentos similares		145 131,06	174 928,09
		2 647 660,75	743 383,49
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-8 084 316,59</b>	<b>-2 536 154,32</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		9 939 797,64	38 135 338,38
Realização de capitais e outros instrumentos de capital			18 200 000,00
		9 939 797,64	56 335 338,38
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-51 989,02	-37 180,89
Juros e gastos similares		-10 007 050,54	-38 510 210,00
Amortização de contratos de locação		-1 008 375,59	-1 170 222,63
		-11 067 415,15	-39 717 613,52
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-1 127 617,51</b>	<b>16 617 724,86</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-9 039 062,17</b>	<b>15 583 633,22</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		14 287 719,80	3 499 884,02
Caixa e seus equivalentes no final do período	7	5 248 657,63	19 083 517,24

O Contabilista Certificado n.º 6622

*Renato H. Vidal P.R. benf*

O Conselho de Administração



## DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Dos exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de ativos fixos	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total capital próprio
Posição em 01 01 2019	288 034 780,00	75 378,27	930 935,58	40 977 837,46	170 135,37	-668 045 271,87	-1 819 627,06	-339 675 832,25
Realização do excedente de valorização de ativos fixos				-390 816,96		390 816,96		
Outros aumentos / diminuições de valor em instrumentos financeiros					545 831,59	-545 831,59		
Transferências						-1 819 627,06	1 819 627,06	
Rendimento integral:								
Resultado líquido do período						40 468,00	-4 110 032,42	-4 110 032,42
Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos						8 370,56		40 468,00
Outros ganhos / perdas reconhecidos directamente no capital próprio						48 838,56		8 370,56
<b>Total do rendimento integral do exercício:</b>						-669 971 075,00	-4 110 032,42	<b>-4.061.193,86</b>
Posição em 30 06 2019	288 034 780,00	75 378,27	930 935,58	40 587 020,50	715 966,96			-343 737 026,11
Posição em 01 01 2018	213 152 770,00	75 378,27	930 935,58	42 783 224,91	135 967,24	-653 671 062,12	-15 040 914,55	-411 633 700,67
Aumentos / reduções de capital	18 200 000,00							18 200 000,00
Realização do excedente de valorização de ativos fixos				-391 572,86		391 572,86		
Outros aumentos / diminuições de valor em instrumentos financeiros					34 168,13	-34 168,13		
Transferências						-15 040 914,55	15 040 914,55	
Rendimento integral:								
Resultado líquido do período						-1 803,00	-4 232 252,59	-4 232 252,59
Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos						367,38		-1 803,00
Outros ganhos / perdas reconhecidos directamente no capital próprio						-1 435,62		367,38
<b>Total do rendimento integral do exercício:</b>						-668 356 007,56	-4 232 252,59	<b>-4.233.688,21</b>
Posição em 30 06 2018	231 352 770,00	75 378,27	930 935,58	42 391 652,05	170 135,37			-397 667 388,88

O Contabilista Certificado n.º 6622

*Teófilo P. Vidal Ribeiro*

O Conselho de Administração

## 2.1 Notas relativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Semestre findo em 30 de junho de 2019

(Montantes expressos em euros)

### 1. Nota Introdutória

O Grupo STCP era constituído, em 30 junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, pela STCP, S.A. e pela STCP Serviços Transportes Urbanos Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.

#### Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., pelo decreto-lei n.º 202/94 de 23 de julho, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido à empresa Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950. A sua sede é na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

Tem como principal atividade o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora o modo autocarro e o modo carro elétrico.

Em outubro de 2013, foi publicado o decreto-lei n.º 133/2013, que veio proceder a uma reestruturação do quadro normativo aplicável às empresas públicas de forma a torná-lo mais coerente e abrangente, com vista a submeter a um mesmo regime as matérias nucleares referentes a todas as organizações empresariais direta ou indiretamente detidas pelo Estado, de natureza administrativa ou empresarial, independentemente da forma jurídica que assumam. Foi assim alargado o âmbito setorial de aplicação do setor público empresarial e densificado o conceito de empresa pública, ficando a STCP, por força deste normativo, abrangida pelos princípios e regras preconizadas neste diploma.

A STCP celebrou, em 8 de agosto de 2014, um Contrato de Serviço Público com o Estado Português, que tem por objeto a exploração do serviço público de transporte de passageiros por autocarro no território de seis municípios associados da AMP. Em 10 de dezembro de 2014, foi efetuado um aditamento ao referido contrato,

Em 25 de junho de 2016, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre o Novo Modelo de Gestão da STCP, S.A., entre o Estado Português, a STCP, S.A., a Área Metropolitana do Porto e os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia. O memorando prevê que o Estado proceda à descentralização, em benefício daqueles municípios, das suas competências de autoridade de transporte, mantendo-se como acionista da empresa e passando a gestão para as autarquias, entidades fundamentais para a gestão de serviços públicos numa lógica de proximidade.

Conforme definido no decreto-lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, foi determinada a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP, e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP.

Em 2 de janeiro de 2017 foi assinado um Contrato Interadministrativo de Constituição da “Unidade Técnica de Serviço” e de Delegação de Competências entre a AMP e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo, no qual se estabelece os termos em que a AMP exerce as competências de autoridade de transporte respeitantes ao Serviço Público de transportes de passageiros explorados pela STCP na área geográfica dos municípios, a criação de uma unidade técnica de apoio à gestão e as regras de repartição, entre os Municípios outorgantes, dos encargos associados ao pagamento das compensações financeiras devidas por obrigações de serviço público.

A 28 de julho de 2017 foi assinado um segundo aditamento ao Contrato de Serviço Público com o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto, o qual termina a sua vigência no dia 31 de dezembro de 2024.

Nos termos do artigo 104.º do Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de maio, a empresa submeteu em maio de 2018 à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE, o pedido de regime de exceção ao Princípio da Unidade de Tesouraria, pelo prazo de dois anos, tendo sido concedida, por Ofício do IGCP n.º 2018/11914, de 18 de julho, autorização para exceção ao cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, no que respeita a empréstimos bancários contraídos, garantias bancárias, custódia de títulos que não sejam de dívida pública e objeto de serviço de recolha de valores contratualizado.

Em 2018, foi realizada a auditoria das certificações em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, na sequência da qual foi confirmada a certificação nos três referenciais até 31 de julho de 2021.

No dia 1 abril de 2019 foi implementado o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), com a criação de novos passes sociais. Durante o primeiro trimestre do ano foram já executados os passos necessários para a implementação dos novos passes sociais, intermodais. A avaliação dos impactos desta medida será monitorizada ao longo do ano, de modo a proceder-se a eventuais ajustamentos da oferta, em função da evolução da procura.

#### STCP Serviços Transportes Urbanos Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.

A STCP SERVIÇOS é uma sociedade unipessoal por quotas, detida a 100% pela STCP, S.A.

O seu objeto social principal é a prestação de serviços de transporte turísticos.

Desde março de 2012, que se encontra com a atividade suspensa.

Desde essa data que tem vindo a empreender esforços de resolução de todos os processos administrativos / financeiros que se encontravam pendentes.

## 2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e descritas nas respetivas notas.

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros de registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, referidas nota 4 e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em 1 de janeiro de 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas semestrais foram preparadas de acordo com as disposições da IAS34 – Relato Financeiro Intercalar, pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### 2.2. Alterações ao normativo contabilístico

2.2.1 Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no primeiro semestre de 2019

Até 30 de junho de 2019, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019:

<b>Norma / Interpretação</b>	<b>Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após</b>	
IFRS 16 – Locações (nova)	1-jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 9: Características de pagamentos antecipados com compensação negativa	1-jan-19	Esta emenda vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros.
IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento (nova)	1-jan-19	Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao

tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.

Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos	1-jan-19	Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respetivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos.
Emendas à IAS 19: Alteração do Plano, Restrição ou Liquidação	1-jan-19	Se uma emenda, corte ou liquidação do plano ocorrer, agora é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano sobre os requisitos relativos ao limite máximo do ativo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	1-jan-19	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição/construção de um ativo, em dívida após o correspondente ativo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade.

O Grupo adotou a IFRS 16, a 1 de janeiro de 2019, tendo sido aplicadas as seguintes decisões na data de transição e relato subsequente:

1. Aplicação do expediente prático de definição de locação previsto no parágrafo C3 da IFRS16, pelo que apenas foi aplicada a IFRS16 aos contratos, vigentes em 01.01.2019, catalogados como contratos de locação à luz da IAS17 e IFRIC4;
2. Aplicação da abordagem simplificada prevista no parágrafo C5 b) da IFRS16, pelo que foi registado o efeito acumulado da aplicação da IFRS16 como um ajustamento de abertura ao saldo de resultados transitados, sem reexpressar comparativos;
3. Beneficiar da isenção de aplicação da IFRS16 às locações de curto prazo (12 meses ou inferior) e às locações de ativos de valor reduzido, optando por reconhecer os gastos com estes contratos de locação numa base linear e como um gasto operacional;
4. Nas locações anteriormente reconhecidas como operacionais foi reconhecido à data de 01.01.2019:
  - Um passivo por locação mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação remanescentes, descontados à taxa incremental de financiamento do locatário à data de 01.01.2019;
  - Um ativo sob direito de uso, mensurado pela quantia igual ao passivo de locação, ajustada pela quantia de quaisquer pagamentos de locação prévios ou acrescidos com essa locação, reconhecidos na demonstração da posição financeira imediatamente antes da data de aplicação inicial;
5. Nas locações anteriormente reconhecidas como financeiras, à data de 01.01.2019, de acordo com o previsto na IFRS 16, mantiveram-se substancialmente os princípios de registo até então previstos na IAS17;
6. Subsequentemente, os ativos sob direito de uso serão depreciados de acordo com o período mais curto entre o período de vida útil do ativo ou a duração do contrato de locação;
7. Os ativos sob direito de uso encontram-se incluídos na mesma linha de itens em que seriam apresentados os respetivos ativos subjacentes, caso fossem propriedade sua, sendo divulgados as notas respetivas;
8. Reconhecimento dos gastos financeiros sobre passivos da locação e depreciações de ativos sob direitos de uso na demonstração dos resultados consolidados;
9. Separar as quantias pagas entre capital e juros, apresentando-os como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa consolidados.

A aplicação das restantes alterações ao normativo que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019 não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

## 2.2.2 Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 3 (alteração): Definição de negócios	1-jan-20	Esta norma esclarece que para ser considerada uma combinação de negócio, um conjunto de atividades e ativos adquiridos deve incluir, no mínimo, um influxo e um processo substantivo que em conjunto contribuam significativamente para a capacidade de criar exfluxos;
IAS 1 e IAS 8 (alteração): Definição de material)	1-jan-20	Esta norma estabelece que a informação é considerada material quando da sua omissão, apresentação desadequada ou dissimulação se puder esperar uma influência nas decisões que o leitor das demonstrações financeiras pudesse tomar com base nessas demonstrações financeiras;
Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	1-jan-20	Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação;
IFRS 17 - Contratos de Seguros (nova)	1-jan-21	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício de 2019.




### 3. Alterações de políticas contabilísticas e correção de erros fundamentais

Exceto pela adoção da IFRS 16, cujo impacto da sua adoção não levou à reexpressão da informação financeira comparativa, as políticas contabilísticas adotadas durante o exercício findo em 30 de junho de 2019 são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O impacto da aplicação da IFRS16, à data de 01.01.2019, nas demonstrações consolidadas da posição financeira e dos resultados em 30.06.2019 são os seguintes:

#### DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

ATIVO	30 jun 2019	Aplicação da IFRS 16	30-06-2019 sem IFRS 16	31 dez 2018
<b>Ativo não corrente</b>	<b>78.814.076,78</b>	<b>130.416,13</b>	<b>78.683.660,65</b>	<b>66.742.193,89</b>
Ativos fixos tangíveis	63.266.610,35	130.416,13	63.136.194,22	53.220.220,89
<b>Ativo corrente</b>	<b>18.636.464,75</b>	<b>-384,37</b>	<b>18.636.849,12</b>	<b>11.622.443,29</b>
Outras contas a receber	11.574.178,95	-384,37	11.574.563,32	3.847.463,06
<b>Total do ativo</b>	<b>97.450.541,53</b>	<b>130.031,76</b>	<b>97.320.509,77</b>	<b>78.364.637,18</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>30 jun 2019</b>	<b>Aplicação da IFRS 16</b>	<b>30-06-2019 sem IFRS 16</b>	<b>31 dez 2018</b>
<b>Capital próprio</b>				
Resultado líquido do período	-4.110.032,42	-1.357,17	-4.108.675,25	-15.040.914,55
<b>Total do capital próprio</b>	<b>-343.737.026,11</b>	<b>-1.357,17</b>	<b>-343.735.668,94</b>	<b>-411.633.700,67</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>	<b>331.285.536,95</b>	<b>83.191,40</b>	<b>331.202.345,55</b>	<b>394.072.690,13</b>
Passivos por locação	259.095,03	83.191,40	175.903,63	2.997.900,42
<b>Passivo corrente</b>	<b>109.902.030,69</b>	<b>48.197,53</b>	<b>109.853.833,16</b>	<b>95.925.647,72</b>
Passivos por locação	1.909.373,90	48.197,53	1.861.176,37	1.908.654,31
<b>Total do passivo</b>	<b>441.187.567,64</b>	<b>131.388,93</b>	<b>441.056.178,71</b>	<b>489.998.337,85</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>97.450.541,53</b>	<b>130.031,76</b>	<b>97.320.509,77</b>	<b>78.364.637,18</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

	30 jun 2019	Aplicação da IFRS 16	30-06-2019 sem IFRS 16	30 jun 2018
<b>RENDIMENTOS E GANHOS</b>				
<b>Total de Rendimentos e Ganhos</b>	<b>36.080.673,51</b>		<b>36.080.673,51</b>	<b>33.888.242,22</b>
<b>GASTOS E PERDAS</b>				
Materiais e serviços consumidos	10.168.793,25	-25.874,83	10.194.668,08	9.602.466,46
Gastos de depreciação e de amortização	1.785.405,61	24.683,58	1.760.722,03	1.417.179,75
Juros e outros gastos e perdas financeiros	11.590.813,62	2.548,42	11.588.265,20	10.494.444,69
<b>Total de Gastos e Perdas</b>	<b>40.184.270,27</b>	<b>1.357,17</b>	<b>40.182.913,10</b>	<b>38.113.636,05</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-4.103.596,76</b>	<b>-1.357,17</b>	<b>-4.102.239,59</b>	<b>-4.225.393,83</b>
Imposto sobre o rendimento	6.435,66		6.435,66	6.858,76
<b>Resultado antes da consideração dos interesses minoritários</b>	<b>-4.110.032,42</b>	<b>-1.357,17</b>	<b>-4.108.675,25</b>	<b>-4.232.252,59</b>
Resultado afecto aos Interesses minoritários				
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-4.110.032,42</b>	<b>-1.357,17</b>	<b>-4.108.675,25</b>	<b>-4.232.252,59</b>
Resultado por ação	-0,07		-0,07	-0,10

#### 4. Empresas incluídas na consolidação

Em 30 de junho de 2019 as empresas incluídas na consolidação são:

##### 4.1 Empresas subsidiárias

Designação Social	Sede	% Efetiva	Atividade
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. (*)	Porto	100%	Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos de passageiros.

(\*) Até julho de 2007 era designada por STCP CONSULTORIA.

##### 4.2 Empresas associadas

Em 30 de junho de 2019, as empresas associadas são:

Designação Social	Sede	% Controlo	% Participação
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,33%	33,33%
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Lisboa	20%	20%

As participações financeiras em empresas associadas estavam valorizadas da seguinte forma:

	30-Jun-19	31-Dez-18
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	866.765,88	567.131,52
Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.	132.288,95	108.036,94
	999.054,83	675.168,46

Estas empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

Resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial foi reconhecido um ganho, no primeiro semestre de 2019, no montante de 315.515,81 euros.

#### 5. Alterações no perímetro de consolidação

No semestre findo em 30 de junho de 2019 não se verificaram alterações no perímetro de consolidação.

## 6. Imposto sobre o rendimento

O Grupo está sujeito ao regime geral de IRC, mas dada a sua situação deficitária nunca pagou imposto sobre o rendimento. Suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e tem efetuado o pagamento especial por conta a que se encontra obrigado.

O Grupo não contabiliza ativos por impostos diferidos por considerar que não existem expectativas de que venha a gerar lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados. Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente gerando matéria coletável suficiente que origine coleta e consequentemente o pagamento de impostos sobre o rendimento.

## 7. Caixa e seus equivalentes

O detalhe de Caixa e equivalentes era o seguinte:

	30-junho-2019	30-junho-2018
Numerário	132.469,98	155.218,27
Depósitos bancários	5.116.187,65	18.928.298,97
Caixa e equivalentes de caixa no Balanço	<b>5.248.657,63</b>	19.083.517,24
Caixa e equivalentes na Demonstração de fluxos de caixa	5.248.657,63	19.083.517,24

## 8. Ativos fixos tangíveis

O detalhe dos movimentos ocorridos, durante o primeiro semestre de 2019, no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo bruto	Terrenos e recursos naturais	Edifícios/outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Total dos ativos fixos tangíveis
<b>Saldo a 01.01.2019</b>	<b>32.730.992,71</b>	<b>24.906.109,10</b>	<b>77.963.979,43</b>	<b>973.219,18</b>	<b>736.656,92</b>	<b>4.331.100,30</b>	<b>1.798.340,61</b>	<b>120.302,68</b>	<b>143.560.700,93</b>
<b>Movimentos do 1º semestre de 2019</b>									
Adições	9.650,13	6.034.146,83	117.022,64	14.429,13	29.893,55			555.681,09	6.760.823,37
Abates/Vendas		-2.255,00	-354,82	-954,91					-3.564,73
Regularizações e transferências									
Aumento/diminuição subsídio ao investimento			-1.680.563,52						-1.680.563,52
<b>Saldo a 30.06.2019</b>	<b>32.730.992,71</b>	<b>24.915.759,23</b>	<b>82.315.307,74</b>	<b>1.090.241,82</b>	<b>750.731,23</b>	<b>4.360.038,94</b>	<b>1.798.340,61</b>	<b>675.983,77</b>	<b>148.637.396,05</b>
Amortizações Acumuladas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios/outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Total dos ativos fixos tangíveis
<b>Saldo a 01.01.2019</b>		<b>18.536.455,66</b>	<b>58.736.386,45</b>	<b>936.623,65</b>	<b>686.482,14</b>	<b>3.993.118,29</b>	<b>704.085,06</b>		<b>83.593.151,25</b>
<b>Movimentos do 1º semestre de 2019</b>									
Amortizações e reintegrações exercício		472.721,96	1.631.420,77	21.203,56	9.640,97	76.465,47	1.216,25		2.212.668,98
Abates/Vendas			-2.255,00	-304,18	-948,40				-3.507,58
Regularizações e transferências									
Aumento/diminuição subsídio ao investimento		-12.675,79	-395.931,90	-22.375,64					-431.526,95
<b>Saldo a 30.06.2019</b>		<b>18.996.501,83</b>	<b>59.969.620,32</b>	<b>957.827,21</b>	<b>695.818,93</b>	<b>4.046.259,72</b>	<b>704.757,69</b>		<b>85.370.785,70</b>
Valor Líquido:									
a 01 de janeiro de 2019	32.730.992,71	6.396.653,44	19.227.592,98	36.595,53	50.174,78	337.982,01	1.094.255,55	120.302,68	59.967.549,68
a 30 de junho de 2019	32.730.992,71	5.919.257,40	22.345.687,42	132.414,61	54.912,30	313.779,22	1.093.582,92	675.983,77	63.266.610,35

O Grupo não procedeu à divulgação das restrições de titularidade de ativos, nem de ativos fixos dados como garantias de passivos, uma vez que não existem situações que se enquadrem neste âmbito.

Os ativos sob direito de uso que se encontram incluídos na rubrica de ativos fixos tangíveis da demonstração da posição financeira detalham-se da seguinte forma:

Ativo bruto	Edifícios/outras construções	Equipamento Básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total dos ativos fixos tangíveis
<b>Saldo a 01.01.2019</b>		<b>22.235.500,00</b>			<b>22.235.500,00</b>
<b>Movimentos do 1º semestre de 2019</b>					
Adições (IFRS16)	9.650,13		117.022,64	28.426,94	155.099,71
<b>Saldo a 30.06.2019</b>	<b>9.650,13</b>	<b>22.235.500,00</b>	<b>117.022,64</b>	<b>28.426,94</b>	<b>22.390.599,71</b>

Amortizações Acumuladas	Edifícios/outras construções	Equipamento Básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total dos ativos fixos tangíveis
<b>Saldo a 01.01.2019</b>		<b>17.239.137,18</b>			<b>17.239.137,18</b>
<b>Movimentos do 1º semestre de 2019</b>					
Amortizações e reintegrações exercício	2.226,95	579.617,64	17.440,11	5.016,52	604.300,82
<b>Saldo a 30.06.2019</b>	<b>2.226,95</b>	<b>17.818.754,42</b>	<b>17.440,11</b>	<b>5.016,52</b>	<b>17.843.438,00</b>
Valor Líquido:					
a 01 de janeiro de 2019		4.996.362,82			
a 30 de junho de 2019	7.423,18	4.416.745,58	99.582,53	23.410,42	4.547.161,71

## 9. Outros ativos intangíveis

O detalhe dos movimentos ocorridos, no primeiro semestre de 2019, no valor dos outros ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo bruto	Despesas de investigação e desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total de ativos fixos intangíveis
<b>Saldo a 01.01.2019</b>	<b>88.749,10</b>	<b>5.274.379,48</b>	<b>1.106.517,00</b>		<b>6.469.645,58</b>
<b>Movimentos do 1º semestre de 2019</b>					
Adições					
Abates/Vendas					
Regularizações e transferências					
Aumento/diminuição Subsídio ao investimento					
<b>Saldo a 30.06.2019</b>	<b>88.749,10</b>	<b>5.274.379,48</b>	<b>1.106.517,00</b>		<b>6.469.645,58</b>

Amortizações Acumuladas	Despesas de investigação e desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total de ativos fixos intangíveis
<b>Saldo a 01.01.2018</b>	<b>88.749,10</b>	<b>5.248.772,77</b>	<b>1.106.517,00</b>		<b>6.444.038,87</b>
<b>Movimentos do 1º semestre de 2018</b>					
Amortizações e reintegrações do exercício		17.115,08			17.115,08
Abates/Vendas					
Regularizações e transferências					
Aumento/diminuição Subsídio ao investimento		-12.851,50			-12.851,50
<b>Saldo a 30.06.2019</b>	<b>88.749,10</b>	<b>5.253.036,35</b>	<b>1.106.517,00</b>		<b>6.448.302,45</b>
Valor Líquido:					
a 01 de janeiro de 2019		25.606,71			25.606,71
a 30 de junho de 2019		21.343,13			21.343,13




## 10. Propriedades de investimento

Movimentos na rubrica de propriedades de investimento durante o primeiro semestre de 2019:

2019				
Propriedades investimento	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Adiantamentos por conta propriedades de Investimento	Total
Saldo a 01.01.2019	<b>13.314.550,00</b>	<b>794.715,79</b>		<b>14.109.265,79</b>
Variação justo valor				
Transferências				
Abates/Vendas	-48.500,00			-48.500,00
Saldo a 30.06.2019	<b>13.266.050,00</b>	<b>794.715,79</b>	<b>0,00</b>	<b>14.060.765,79</b>

## 11. Participações financeiras pelo método do custo

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

Participações em outras empresas	% participação	30-junho-19	31-dezembro-18
Metro do Porto, S.A. (*)	16,60%		
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	8,30%	25.000,00	25.000,00
		25.000,00	25.000,00

(\*) A sua valorização é nula porque até outubro de 2008 era detida em 20% e os capitais próprios da participada eram negativos, sendo até essa data valorizada pelo método de equivalência patrimonial.

## 12. Outras contas a receber

O detalhe das outras contas a receber era o seguinte:

	30-junho-2019	31-dezembro-2018
<b>Outras dívidas de terceiros correntes</b>	<b>6.382.457,87</b>	<b>6.113.468,57</b>
Adiantamento a Fornecedores e saldos devedores de fornecedores e out. credores	8.243,19	7.390,40
Estado e outros entes públicos - IVA a recuperar /reembolsos pedidos	2.116.994,46	1.706.747,81
Pessoal	180.076,32	178.569,98
Outros devedores	4.102.829,88	4.246.753,56
Ajustamentos acumulados em dívidas de terceiros	-25.685,98	-25.993,18
<b>Outros ativos correntes</b>	<b>5.191.721,08</b>	<b>1.355.825,29</b>
Acréscimo de rendimentos	4.604.095,95	723.552,65
Rédito dos serviços prestados	3.716.714,66	553.537,66
Subsídios à exploração	814.628,82	
Outros rendimentos operacionais	72.752,47	166.391,37
Outros juros a receber		3.623,62
Gastos diferidos	587.625,13	632.272,64
Materiais e serviços consumidos	373.358,18	421.436,40
Outros gastos e perdas operacionais	214.266,95	210.836,24
<b>Outras contas a receber correntes</b>	<b>11.574.178,95</b>	<b>7.469.293,86</b>
<b>Outras dívidas de terceiros não correntes</b>	<b>387.311,70</b>	<b>932.511,24</b>
Outros devedores	387.311,70	932.511,24
<b>Outras contas a receber não correntes</b>	<b>387.311,70</b>	<b>932.511,24</b>

### 13. Outras contas a pagar

O detalhe das outras contas a pagar era o seguinte:

	30-junho-2019	31-dezembro-2018
<b>Outras dívidas a terceiros</b>	<b>2.734.308,73</b>	<b>5.475.228,05</b>
Adiantamento a clientes e saldos credores clientes e out. devedores	855,90	1.395,35
<b>Estado e outros entes públicos</b>	<b>1.457.310,33</b>	<b>1.784.133,65</b>
IRS/IRC retido a terceiros	296.308,49	511.293,76
Contribuições p/ sistemas de Seg. Social	704.245,00	910.837,65
Outros impostos e taxas	456.756,84	362.002,24
Pessoal	160.971,41	187.804,30
Fornecedores de imobilizado	359.622,88	3.058.423,98
Outros credores	755.548,21	443.470,77
<b>Outros passivos correntes</b>	<b>8.642.120,87</b>	<b>8.783.163,67</b>
<b>Acréscimo de gastos</b>	<b>6.866.152,65</b>	<b>6.740.267,37</b>
Materiais e serviços consumidos	2.191.494,42	2.216.776,05
Remunerações a liquidar	4.591.256,40	4.413.483,00
Impostos a liquidar	79.881,72	103.026,58
Outros acréscimos de gastos	3.520,11	6.981,74
<b>Rendimentos e ganhos diferidos</b>	<b>1.775.968,22</b>	<b>2.042.896,30</b>
Prestações de serviços	5.311,82	180.436,69
Subsídios à exploração	1.614.492,47	1.693.246,99
Rendimentos suplementares	118.470,77	135.736,56
Outros rendimentos diferidos	37.693,16	33.476,06
<b>Outras contas a pagar correntes</b>	<b>11.376.429,60</b>	<b>14.258.391,72</b>

### 14. Rédito das vendas e dos serviços prestados

O detalhe do rédito das vendas e dos serviços prestados, realizado integralmente no mercado nacional, era o seguinte:

	30-junho-2019	30-junho-2018
<b>Rédito dos serviços prestados</b>	<b>24.473.062,36</b>	<b>23.583.323,23</b>
Transporte público de passageiros	24.407.098,89	23.519.049,32
Alugueres de autocarros	4.000,00	4.875,00
Aluguer de carros elétricos	61.963,47	59.398,91

### 15. Outros rendimentos e ganhos operacionais

O detalhe dos outros rendimentos e ganhos operacionais era o seguinte:

	30-junho-2019	30-junho-2018
Rendimentos suplementares	414.273,29	468.813,85
Subsídios à exploração	2.716.005,97	2.419.047,00
Regularização de existências	20.477,71	27.878,73
Indemnizações de sinistros recebidos	193.628,44	323.242,51
Outros subsídios		762,56
Ganhos com ativos fixos tangíveis e intangíveis	28.894,80	286,95
Benefícios e penalidades contratuais	61.384,64	1.933,54
Outros rendimentos operacionais	19.460,39	124.958,76
	<b>3.454.125,24</b>	<b>3.366.923,90</b>

## 16. Outros gastos e perdas operacionais

O detalhe dos outros gastos e perdas operacionais era o seguinte:

	30-junho-2019	30-junho-2018
Impostos e taxas	74.153,75	75.149,34
Regularização de existências	706,36	
Indemnizações de sinistros de autocarros	51.409,31	169.252,60
Perdas com ativos fixos tangíveis e intangíveis	57,15	5,84
Quotizações	19.105,63	20.765,05
Donativos	43.903,00	43.400,00
Multas e penalidades contratuais	54,31	211,09
Outros gastos operacionais	366,44	1.575,84
	<b>189.755,95</b>	<b>310.359,76</b>

## 17. Rendimentos e ganhos financeiros

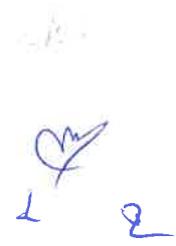
O detalhe dos rendimentos e ganhos financeiros era o seguinte:

	30-junho-2019	30-junho-2018
Juros e outros ganhos financeiras		
Rendimentos e ganhos com propriedades investimento	226.085,53	230.275,18
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.038,11	3.473,32
	<b>229.123,64</b>	<b>233.748,50</b>
Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumentos financeiros		
Ajustamentos positivos nos instrumentos financeiros	7.583.827,70	6.581.260,17
	<b>7.583.827,70</b>	<b>6.581.260,17</b>

## 18. Gastos e perdas financeiras

O detalhe dos gastos e perdas financeiros era o seguinte:

	30-junho-2019	30-junho-2018
Juros e outros gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	11.448.849,87	10.352.829,60
Relativos a contratos de locação	14.724,31	20.772,84
Relativos a empréstimos de participantes no capital	1.497.672,23	1.851.135,67
Relativos a outros instrumentos financeiros	9.936.450,17	8.480.807,04
Outros Juros	3,24	114,05
Despesas e descontos com emissão financiamento	2.130,59	2.132,70
Outras despesas financeiras com o financiamento	101.361,95	101.227,57
Gastos e perdas em propriedades investimento	32.538,91	31.381,81
Outros gastos e perdas financeiras	5.932,22	6.873,01
	<b>11.590.813,54</b>	<b>10.494.444,69</b>

## 19. Passivos de locação

A rubrica dos passivos de locação decompõe-se à data de 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 da seguinte forma:

Vencimento	30-junho-2019	31-dezembro-2018
A 1 ano	1.909.373,90 €	1.926.279,03 €
Entre 1 a 5 anos	259.095,02 €	1.071.668,52 €
<b>Total</b>	<b>2.168.468,92 €</b>	<b>2.997.947,55 €</b>

## 20. Outros instrumentos financeiros

Detalhe da rubrica outros instrumentos financeiros a 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Em 30 de junho de 2019	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Obrigacionista 2007	100.001.445,21	9.639,15	99.991.806,06	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. obrigacionista não convertível	100.001.445,21	9.639,15	99.991.806,06	100.000.000,00		100.000.000,00
DGTF 1º Empréstimo 2014	152.056.870,67	76.744.308,55	75.312.562,12	150.625.124,32	75.312.562,20	75.312.562,12
DGTF 1º Empréstimo 2015	3.050.225,20	1.158.558,58	1.891.666,62	3.026.666,64	1.135.000,02	1.891.666,62
DGTF 2º Empréstimo 2015	2.133.834,42	809.594,79	1.324.239,63	2.118.783,36	794.543,73	1.324.239,63
DGTF 3º Empréstimo 2015	2.953.220,43	1.119.887,12	1.833.333,31	2.933.333,32	1.100.000,01	1.833.333,31
DGTF 1º Empréstimo 2017	14.731.659,55	3.749.132,62	10.982.526,93	14.643.369,27	3.660.842,34	10.982.526,93
DGTF 2º Empréstimo 2017	29.767.326,99	7.517.449,18	22.249.877,81	29.666.503,73	7.416.625,92	22.249.877,81
DGTF 1º Empréstimo 2018	17.697.386,32	1.573.923,39	16.123.462,93	17.589.232,29	1.465.769,36	16.123.462,93
DGTF 2º Empréstimo 2018	727.440,24	62.345,50	665.094,74	725.557,90	60.463,16	665.094,74
DGTF 1º Empréstimo 2019	9.891.730,81	1.785,68	9.889.945,13	9.889.945,13		9.889.945,13
Emp. participantes no capital	233.009.694,63	92.736.985,41	140.272.709,22	231.218.515,96	90.945.806,74	140.272.709,22

	Justo valor		
	Total	Corrente	Não Corrente
SWAP- BST OBR07	76.502.980,45	1.459.228,85	75.043.751,60
Instrumentos derivados	76.502.980,45	1.459.228,85	75.043.751,60
Outros Inst. financeiros	409.514.120,29	94.205.853,41	315.308.266,88
	331.218.515,96	90.945.806,74	240.272.709,22

Em 31 de dezembro de 2018	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Obrigacionista 2007	99.999.870,06	10.183,25	99.989.686,81	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. obrigacionista não convertível	99.999.870,06	10.183,25	99.989.686,81	100.000.000,00		100.000.000,00
DGTF 1º Empréstimo 2014	150.839.540,43	50.422.790,91	100.416.749,52	150.625.124,32	50.208.374,80	100.416.749,52
DGTF 1º Empréstimo 2015	3.030.173,55	760.173,59	2.269.999,96	3.026.666,64	756.666,68	2.269.999,96
DGTF 2º Empréstimo 2015	2.121.023,86	531.936,32	1.589.087,54	2.118.783,36	529.695,82	1.589.087,54
DGTF 3º Empréstimo 2015	2.936.293,71	736.293,73	2.199.999,98	2.933.333,32	733.333,34	2.199.999,98
DGTF 1º Empréstimo 2017	14.656.433,70	2.453.625,97	12.202.807,73	14.643.369,27	2.440.561,54	12.202.807,73
DGTF 2º Empréstimo 2017	29.681.422,69	4.959.336,24	24.722.086,45	29.666.503,73	4.944.417,28	24.722.086,45
DGTF 1º Empréstimo 2018	17.631.621,03	42.388,74	17.589.232,29	17.589.232,29		17.589.232,29
DGTF 2º Empréstimo 2018	725.568,30	10,40	725.557,90	725.557,90		725.557,90
Emp. participantes no capital	221.622.077,27	59.906.555,90	161.715.521,37	221.328.570,83	59.613.049,46	161.715.521,37

	Justo valor		
	Total	Corrente	Não Corrente
SWAP- BST OBR07	84.040.303,11	1.412.723,81	82.627.579,30
Instrumentos derivados	84.040.303,11	1.412.723,81	82.627.579,30
Outros Inst. financeiros	405.652.250,44	61.329.462,96	344.322.787,48
	321.328.570,83	59.613.049,46	261.715.521,37

## 20.1. Financiamentos obtidos

### Empréstimos Obrigacionistas

Em 30 de junho de 2019 o Grupo detinha um empréstimo por obrigações com as seguintes características:

Emissão de 2007: Empréstimo obrigacionista no montante de 100.000.000,00 euros com uma maturidade de 15 anos. A subscrição foi privada e direta. A taxa é variável, indexada à Euribor 6 meses e o cupão de juros é semestral. Existe *Call-Option* a partir do 5º ano, total ou parcial. Este empréstimo foi admitido à cotação em março de 2011.

Em 30 de junho de 2019 a taxa do cupão é de -0,2471%. Atendendo ao nível negativo das taxas de juro, não tem havido lugar ao processamento de juros negativos nas datas de vencimento.

Este empréstimo usufrui da garantia pessoal do Estado Português. Pelo contrato de Garantia, a Republica Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições do contrato.

Em 30 de junho de 2019, data do balanço, o Grupo não tinha situações de incumprimento relacionadas com o empréstimo contraído.

### Empréstimos concedidos pelo Acionista único: Estado Português

Em 30 de junho de 2019, o Grupo detém ainda sete empréstimos de mútuo com as seguintes características:

1. Empréstimo de mútuo concedido em outubro de 2014, no valor de 301.250.248,72 euros, a taxa fixa, destinado a satisfazer as necessidades de financiamento desta sociedade no período compreendido entre outubro e dezembro de 2014. O empréstimo foi disponibilizado em três tranches:
  - De 122.166.600 euros, em 6 de outubro de 2014;
  - De 177.083.648,72 euros, em 27 de novembro de 2014;
  - De 2.000.000 euros, em 15 de dezembro de 2014.
2. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 629/15-SET, de 4 de maio, e da Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 15 de maio de 2015, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio/longo prazo no valor de 4.540.000 euros, a taxa fixa, para fazer face a necessidades operacionais relativas ao 2º trimestre de 2015. A disponibilização foi faseada, nos seguintes montantes e datas:
  - 1.875.000 euros, realizada em 22 de maio de 2015;
  - 1.511.000 euros, realizada na mesma data, 22 de maio;
  - 1.154.000 euros, realizada em 16 de junho de 2015.
3. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1220/15-SET, de 4 de agosto, e da Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 16 de setembro de 2015, foi aprovada a concessão de um segundo empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 3.178.175 euros, tendo sido igualmente autorizado o respetivo endividamento, para fazer face às necessidades operacionais relativas ao 3º trimestre de 2015:
  - 1.472.710 euros, realizada em 30 de setembro de 2015;
  - 1.705.465 euros, realizada na mesma data, 30 de setembro.
4. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1900/15-SET, de 19 de novembro, foi aprovada a concessão de um terceiro empréstimo em 2015 de médio e longo prazo, no valor de 4.400.000 euros, a taxa fixa, para fazer face a parte das necessidades de financiamento operacionais da empresa, relativas ao 4º trimestre de 2015. A verba foi disponibilizada numa única tranche em 26 de novembro de 2015.

5. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 340/17-SET, de 31 de maio, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 14.643.369,27 euros, a taxa fixa, para fazer face às necessidades de financiamento associadas aos fluxos da operação swap a vencer em 2017. O capital mutuado é disponibilizado em duas tranches:
  - 6.947.865,80 euros, realizada em 5 de junho de 2017;
  - 7.695.503,47 euros, a desembolsar até 5 de dezembro de 2017.
6. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1140/17-SET, de 15 de dezembro de 2017, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 29.666.503,73 euros, a taxa fixa, destinado a fazer face a necessidades de financiamento associadas aos fluxos, vencidos e não pagos, do contrato swap, cujo pagamento estava previsto para 31 de janeiro de 2018.
  - O valor foi desembolsado em 29 de janeiro de 2018.
7. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 407/18-SET, de 25 de maio, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo, no valor de até 17.589.232,29 euros, a taxa fixa. O empréstimo destina-se a fazer face às necessidades de financiamento associadas aos fluxos, a vencer em 2018, do contrato de swap. O capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches:
  - 8.427.624,65 euros, realizada em 5 de junho de 2018;
  - 9.161.607,64 euros, desembolsado em 30 novembro de 2018.
8. Através dos Despachos do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 1048/18-SET, de 20 de dezembro de 2018, foi autorizada a concessão de um 2.º empréstimo de médio e longo prazo, do Estado, à Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A, no montante até 1.211.424,00 euros, a taxa fixa, para fazer face às necessidades de financiamento associadas ao Acordo, celebrado entre a empresa e os Sindicatos dos trabalhadores, em 12 de dezembro de 2018. O capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches:
  - 725.557,90 euros, em 31 de dezembro de 2018;
  - Até 488.866,10 euros, a desembolsar durante o ano de 2019.
9. Através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 476/19-SET, de 31 de maio de 2019, foi autorizada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo, do Estado, à Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A, no montante até 20.651.846,52 euros, a taxa fixa, para fazer face às necessidades de financiamento associadas aos fluxos a vencer em 2019, do contrato de swap. O capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches:
  - 9.889.945,13 euros, em 3 de junho de 2019;
  - Até 10.671.901,39 euros, a desembolsar até 5 de dezembro de 2019.

As obrigações com o serviço da dívida vencida, dos referidos empréstimos concedidos pelo acionista único, têm sido cumpridas por via da conversão dos créditos detidos pelo Estado/Direção Geral do Tesouro e Finanças em capital social da STCP.

A 30 de junho de 2019, o Grupo não regista situações de incumprimento em nenhum dos empréstimos contraídos.

## 20.2. Instrumentos financeiros derivados

Em 30 de junho de 2019, o Grupo detinha em carteira uma operação de cobertura do risco de taxa de juro que replica 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista emitido em 2007. Esta operação terá maturidade em 2022.

A operação referenciada foi objeto de uma ação judicial proposta pela Instituição de Crédito perante o Tribunal do Comércio Inglês, requerendo a apreciação da validade do contrato, tendo o Grupo contestado e pugnado a improcedência da ação. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, o Grupo desvinculou-se do cumprimento de obrigações que dele decorre, e na pendência do

litígio, o Grupo suspendeu o pagamento dos cupões desde o dia 5 de dezembro de 2013, bem como qualquer outro alegadamente devido ao abrigo do contrato da mesma operação.

No ano de 2017, o Conselho de Administração aprovou os termos de um acordo assinado entre o Estado Português e o Banco Santander Totta, S.A., abrangendo igualmente as Empresas Públicas de Transportes envolvidas, o qual pôs termo à ação judicial interposta por aquele Banco no Tribunal de Comércio de Londres, acordo assinado em 2 de Maio de 2017 e conduzido pela Tutela Financeira em representação das quatro empresas públicas de transporte envolvidas, nos termos do qual o Estado Português, o Banco Santander Totta, S.A., e as Empresas Públicas de Transportes com contratos de gestão de risco financeiro da taxa de juro celebrados, se comprometeram a cumprir os contratos e as obrigações de pagamento vincendas daí decorrentes, e cumprir, até 31 de janeiro de 2018, as obrigações de pagamento vencidas ao abrigo dos mesmos.

Em 30 de junho de 2019, o valor de mercado do instrumento derivado contratado ascendia ao montante negativo de 76.502.980,45 euros. A valorização de mercado deste instrumento derivado foi efetuada pela contraparte, Banco Santander Totta, S.A..

## 21. Gestão de riscos

O Grupo está exposto aos riscos de mercado: de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

O Grupo não está diretamente exposto ao risco cambial.

### 21.1. Risco de taxa de juro

No primeiro semestre de 2019, a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro está presente na variabilidade da Euribor 6 meses da emissão obrigacionista de 2007.

Face à previsível manutenção das taxas de juro em níveis negativos até à maturidade, o Grupo entendeu não estarem reunidas condições para efetuar uma análise de sensibilidade.

### 21.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é de importância muito relevante para o Grupo, atendendo ao facto de este não gerar excedente de tesouraria suficiente para se auto sustentar.

A política de gestão deste risco assenta na garantia de cumprimento atempado e cabal dos compromissos assumidos no decurso da atividade.

Com a finalidade de mitigar este risco, o Grupo:

1. Procede ao planeamento financeiro, prevendo num horizonte temporal alargado a sua tesouraria;
2. Reporta as necessidades previsionais de financiamento, por forma a garantir fundos necessários à prossecução da sua atividade operacional, financeira e de investimento.
3. Reporta mensalmente o acompanhamento de execução ao Acionista.

### 21.3. Risco de crédito

A política de gestão do risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito concedido a terceiros no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição o Grupo está sujeito, pretendendo-se o cumprimento em conformidade com as condições acordadas.

Para mitigar o risco, o Grupo analisa e acompanha a carteira de crédito, implementando procedimentos tendentes a minorar as situações de incumprimento.

## 22. Responsabilidades por benefícios de reforma e invalidez

O Grupo possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definido que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculado com base numa fórmula fixada e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse os 650 euros (valor em vigor desde 2007).

A 30 de junho de 2019, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	30-junho-19	31-dezembro-18
Custo com serviços passados de reformados	1.681.043,00	1.792.487,00

Em dezembro de 1998 o Grupo transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização, tendo vindo a contribuir anualmente, e desde essa data, de acordo com os pedidos de financiamento exigidos pelo Fundo. Em fevereiro de 2019, a STCP contribuiu com 213.317,00 euros para o fundo.

O valor dos ativos no fundo era, a 30 de junho de 2019, de 1.368.731 euros (o que representa um nível de financiamento de 81,4%), comparativamente com 1.228.730 euros (o que representa um nível de financiamento de 68,5%), em 31 de dezembro de 2018.

## 23. Provisões

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que o Grupo poderá vir a suportar por processos pendentes no final de cada exercício em Tribunal e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: de acordo com os encargos que o Grupo deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 30 de junho de 2019. Até fevereiro de 1998, o Grupo foi auto-segurador relativamente a estes acidentes, existindo, no entanto, um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, o Grupo transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquia de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquia.
- Outros riscos e encargos: de acordo com os encargos que o Grupo poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos com a sua frota, da sua responsabilidade, pendentes em 30 de junho de 2019, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data (nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas, bem como para fazer face a outras obrigações legais).



O movimento nas provisões, no primeiro semestre de 2019, foi o seguinte:

Rubricas	Saldo 01.01.19	Aumentos	Diminuições	Saldo 30.06.19
Processos judiciais em curso	13.517.553,69	20.615,53		13.538.169,22
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	424.555,96			424.555,96
Outros riscos e encargos	1.234.323,09	218.398,65	9.583,88	1.443.137,86
	15.176.432,74	239.014,18	9.583,88	15.405.863,04

Cabe relevar uma sentença desfavorável ao Grupo cujo valor é materialmente relevante, mas não provisionado:

- Processo judicial, instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português e contra a STCP e Carris nos termos da qual se reclamava a anulação da Resolução do Conselho de Ministros nº 52/2003 de 27 de março na parte que atribui à Carris e à STCP as indemnizações compensatórias de respetivamente 40.916.478,00 euros e de 12.376.201,00. A decisão do Supremo Tribunal de justiça, de 12 de janeiro de 2012, foi no sentido de anular aquela resolução. Assim, pode estar em causa a devolução das indemnizações compensatórias por parte da STCP. O facto de a STCP não ter efetuado o provisionamento de quaisquer valores para este processo decorre do seu entendimento sobre a responsabilidade do Estado nas matérias em litígio. Do acima exposto, podemos concluir que estamos na presença de um passivo contingente porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50% e porque não é possível estimar o montante dos eventuais reembolsos futuros nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

## 24. Capital nominal

Em 31 de dezembro de 2018 e 30 de junho de 2019, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa correspondia à rubrica Capital social, no montante de 288.034.780 euros, totalmente realizado, e representada por 57.606.956 ações, em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pelo Estado Português.

O capital social do Grupo é detido a 100% pelo Estado Português.

## 25. Partes relacionadas

As participadas do Grupo têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação, as transações entre empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse.

As transações com entidades relacionadas e não consolidadas, ou consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, tinham o seguinte detalhe:

Entidades relacionadas	30-jun-19		31-dez-18	
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Custos operacionais	Proveitos operacionais
Metro, S.A.	4.200,00	9.094,51	1.808.276,81	35.494.027,30
TIP,ACE	903.962,84	16.363.989,44		208.694,55
Transpublicidade, S.A.		42.056,67	45.897,11	48.453,05
OPT	45.803,88		92.533,07	

## 26. Resultados por ação

Os resultados por ação foram calculados da seguinte forma:

	30-junho-2019	30-junho-2018
Resultados líquidos do período	-4.110.030,42	-4.232.252,59
Nº médio ponderado de ações	57.606.956	43.277.665
Resultado por ação básico	-0,07	-0,10

## 27. Capital próprio negativo

No semestre findo em 30 de junho de 2019, o Grupo obteve um resultado negativo de 4.110.032,42 euros, verificando-se que, nessa data, o seu passivo total excede o seu ativo total em 343.737.026,11 euros.

A STCP apresenta sistematicamente resultados líquidos e capitais próprios negativos. O Acionista sempre assumiu as responsabilidades globais com terceiros. É entendimento da STCP que, por desenvolver um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social, desempenha um papel vital na mobilidade da Área Metropolitana do Porto, garantido dessa forma o empenhamento do Acionista para a manutenção da atividade da empresa.

## 28. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do primeiro semestre de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de setembro de 2019.

Porto, 30 de setembro de 2019

O Contabilista Certificado n.º 6622

*Fernando M. V. Ribeiro*

O Conselho de Administração

### 3. Declaração de Conformidade

#### **Declaração emitida nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Art.º 246.º do Código dos Valores Mobiliários**

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., declaram que, quanto é do seu conhecimento:

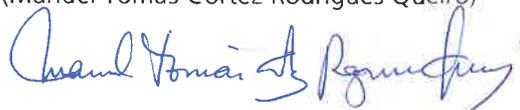
- a) As demonstrações financeiras consolidadas semestrais foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das sociedades incluídas no seu perímetro da consolidação; e
- b) O relatório de gestão intercalar contém uma indicação fiel dos acontecimentos importantes que ocorreram no primeiro semestre de 2019 e o impacto dos mesmos nas respetivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Porto, 30 de setembro de 2019

#### **O Conselho de Administração**

Presidente executivo:

(Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró)



Vogais executivos:

(Ângelo Augusto Santos Oliveira)



(Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça)



**RELATÓRIO  
E CONTAS  
CONSOLIDADAS**  
1º SEMESTRE 2019

